



Fernando Henrique com Medeiros: "paulada" na inflação depois do ajuste.

AJUSTE FISCAL

Anúncio de medidas pode ser adiado

O ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, será obrigado a rever o cronograma de anúncio das medidas de ajuste fiscal, porque o novo Orçamento da União do próximo ano só será encaminhado ao Congresso na primeira semana de dezembro. A revisão dos prazos será obrigatória, segundo técnicos do governo, porque a Secretaria de Orçamentos Federais (SOF) não dispõe de tempo e de um quadro de funcionários que possa concluir os trabalhos de

comparação e impressão do novo Orçamento ainda esta semana. Ontem, FHC reuniu-se com o ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, para discutir a revisão do Orçamento e acertaram que na sexta-feira, antes de FHC embarcar para o Canadá, serão divulgados, apenas, as áreas de cortes e os grandes números do Orçamento.

Fernando Henrique e Stepanenko gastaram parte da tarde de ontem para apaziguar a revolta dos técnicos da SOF. Eles queixam-se dos baixos salários e hoje fazem uma paralisação de advertência. Os funcionários querem que o governo envie para o Congresso o projeto-de-lei que reestrutura o sistema de controle interno das contas federais, em estudo há mais de um

ano. O que interessa a eles, na verdade, é uma cláusula que concede uma gratificação especial às carreiras típicas de governo, caso dos servidores que trabalham com o Orçamento. Para contornar a situação, Stepanenko propõe que a questão salarial seja tratada num projeto à parte, que poderia ser enviado imediatamente.

O líder do PFL no Senado, senador Marco Maciel (PE), alertou que a demora do governo em enviar o projeto de reforma fiscal ao Congresso poderá inviabilizar a votação do projeto este ano. "Faltam só 39 dias para o fim do ano e o Congresso está sobrecarregado", observa Maciel. O Congresso está concentrado nos trabalhos da CPI do Orçamento e da revisão

constitucional. Além disso, as sessões do Senado, a partir dessa semana, só ocorrerão às segundas, ficando os demais dias reservados para a revisão constitucional.

Como se estivesse alheio a estes entraves, FHC informou que o momento exato da "paulada" na inflação será definido em função da resposta do Congresso às medidas de ajuste fiscal para 1994 que farão parte na proposta de revisão constitucional do governo. FHC explicou que o governo está disposto a aguardar a aprovação da revisão, mas que não poderá ficar esperando muito tempo por isso. "O combate à inflação virá depois do ajuste fiscal. Mas também não podemos ficar vendo os preços só subirem", afirmou.